

# III

## CRISE ECONÔMICA MUNDIAL, PANDEMIA E GOVERNO BOLSONARO\*

Oswaldo Coggiola<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

A pandemia da Covid-19 marca um ponto de ruptura nos desenvolvimentos históricos globais. Ela desencadeou uma explosão em cadeia em todo o mundo e em cada país, com enormes consequências sociais, econômicas, políticas e geopolíticas. Estourou e continua a se expandir durante a crise capitalista global ainda não resolvida que explodiu em 2007–2008, em um momento em que esta já estava afundando em uma nova fase de deterioração em 2019. A pandemia está empurrando a economia mundial para o abismo. Os relatórios das instituições financeiras internacionais, o FMI, o Banco Mundial, a OCDE e o Banco Central Europeu, enviam mensagens cada vez mais sombrias. "A economia global na corda bamba", é a manchete do relatório da OCDE. "A pior recessão global em 80 anos chegou. Onde está o fundo?", se perguntam os *think tanks* do imperialismo. As comparações impressionantes e aterrorizantes com a Segunda Guerra Mundial, o Craque de 1929, a Grande Depressão dos anos 1930, são combinadas com novas definições ameaçadoras. O *Bank of International Settlements*, o chamado "banco central dos bancos centrais", fala sobre a "Grande Parada Global", e o FMI sobre o "Grande Bloqueio Global". Enquanto isso, a pandemia de coronavírus continua seu curso letal.

---

\*DOI - 10.29388/978-65-86678-35-2-0-f.79-96

<sup>1</sup> Historiador e Economista, estudou História e Economia na Universidade de Córdoba, da qual foi expulso em 1976 pela ditadura militar argentina. Formou-se em ambas as disciplinas na Universidade de Paris VIII Especializado em História Econômica e História da América Latina. Mestre em História e Doutor em História Comparada das Sociedades Contemporâneas pela École des Hautes Études en Sciences Sociales. Professor Titular de História Contemporânea na Universidade de São Paulo (USP)

Há novos surtos, particularmente nos EUA, Brasil, Grã-Bretanha, Espanha, Paquistão, Israel, Balcãs e outros lugares. E ainda estamos na primeira onda da pandemia da Covid-19. A ligação insolúvel entre a crise global sistêmica e a pandemia foi metaforicamente descrita como uma “tempestade perfeita”; uma varrendo o planeta, partindo do Norte Global, principalmente dos três grandes polos de fluxos internacionais de capitais, EUA, União Europeia e China, e estendendo-se então para o Sul Global, para todos os continentes e países, com taxas desiguais, gravidade e velocidades próprias em cada um. O epicentro hoje está situado, sem dúvida, no coração do capitalismo global, que também é o centro de sua crise sistêmica – a América imperial e em declínio de Trump.

O que a humanidade está experimentando em 2020 não é apenas um desastre natural, independente da interferência humana, uma "maldição dos deuses" mitológica ou uma "invenção humana sombria", uma "conspiração das forças das trevas" ou uma "decisão" unilateral de mecanismos de poder autoritário. Não surgiu como o asteroide que os cientistas dizem que atingiu a Terra e exterminou os dinossauros, nem é o resultado da interferência puramente humana em um ambiente neutro, uma construção sociopolítica. A pandemia não foi o imprevisível “cisne negro” que surgiu acidentalmente do nada. O sistema capitalista e as classes dominantes têm enormes responsabilidades diretas pela propagação da pandemia, a morte e a miséria que ela causou e continua espalhando.

Os governos capitalistas na Europa e na América, consciente e criminalmente, ignoraram durante meses para tomar qualquer ação após o primeiro surto da Covid-19 na China, no final de novembro de 2019, e para evitar sua transformação em uma pandemia total. Mesmo quando a Organização Mundial da Saúde (OMS), em janeiro de 2020, souo o alerta de pandemia, ou quando a pandemia atingiu a Itália e a Europa, os Estados Unidos e outros países e continentes, nenhuma ação foi tomada. O exemplo mais extremo é encontrado no próprio centro do capitalismo global, seu bastião mais forte, com o presidente Trump nos lembrando de Nero cantando enquanto incendiava Roma. Em 28 de fevereiro, ele declarou que a pandemia “[...] terá consequências muito menores” nos Estados Unidos. Em 4 de março de 2020, ele insistiu em que “[...] nada fecha, a vida e a economia continuam como de costume”, enquanto em 24 de

março, ele anunciou que a vida social e econômica seria retomada a partir da Páscoa, e em 12 de abril “as igrejas ficarão superlotadas por todo o país”.

Cegueira semelhante diante de uma catástrofe com risco de vida, com a única preocupação de salvaguardar o poder político e os lucros do capitalismo, foi chocantemente demonstrada não apenas nos Estados Unidos de Trump, ou na Inglaterra por Boris Johnson, com o conceito insano de “imunidade de rebanho” ou pelo fascistóide Jair Bolsonaro no Brasil. Uma posição semelhante, embora um pouco mais disfarçada, foi adotada pelos líderes da UE, incluindo inicialmente Emanuel Macron na França (conforme denunciado por seu próprio ex-ministro da Saúde), Angela Merkel na Alemanha, ou seus aliados europeus na região central e Norte da Europa (Holanda, Dinamarca, Suécia, Áustria) seguindo a doutrina “salve a si mesmo e deixe seu vizinho morrer”. Todos eles demonstraram o mais feroz nacionalismo, ignorando escandalosamente as necessidades dos seus “parceiros” na “União” europeia. Em primeiro lugar, eles fecharam hermeticamente as fronteiras dos estados nacionais. Os líderes dos países “ricos” do Norte da Europa, arrogantemente, viraram as costas aos “povos preguiçosos” do Sul da Europa, incluindo a Itália, aos quais a Alemanha se recusou até mesmo a enviar máscaras protetoras. O mito de uma União Europeia também foi demonstrado pela ausência de qualquer política de saúde pan-europeia face à pandemia. A hipocrisia dos “poderosos” na área de língua alemã foi exposta pela exploração dos trabalhadores do Leste Europeu pelos líderes “morais” da Áustria e da Alemanha.

A irrupção da Covid-19 atingiu profundamente as relações sociais nos Estados Unidos – em deterioração desde muito antes, especialmente desde a crise financeira e a recessão econômica de 2007/2009. Em poucos dias e semanas, o desemprego e a queda da renda abalaram as condições de vida de milhões de trabalhadores. A incerteza sobre as perspectivas de saúde da população desequilibrava gravemente a acumulação capitalista, que o Estado ajudou com uma injeção sem precedentes de dívida pública e emissão de moeda. A restrição da atividade econômica, por meio de quarentenas mais ou menos parciais, desencadeou uma crise política entre o governo federal e os estados, e alimentou as provocações das milícias, que saíram às ruas em nome da “liberdade”. Em plena campanha eleitoral, Donald Trump lançou uma campanha de agitação nacional de características fascistas. Os abusos dessas milícias são auxiliados por

uma campanha sistemática em todo o país, apoiada por grandes fundos financeiros. Como acontece em todo o lado, a pequena propriedade tornou-se centro de ressentimentos fascistas, porque constitui o elo fraco da cadeia do capitalismo.

Enquanto as empresas *techno* vêm suas ações subirem na Bolsa de forma frenética, alimentadas por dinheiro barato, uma parte considerável dos negócios e da indústria pede a falência. A pandemia teve um efeito sistêmico brutal sobre uma organização capitalista que, por um lado, descarta a disponibilidade de mão de obra para exploração e, por outro, pulveriza a proteção social dessa força de trabalho, em seu sentido mais amplo – salários, habitação, saúde, educação, através da precariedade e da superexploração. A pandemia expôs o declínio do capitalismo em maior extensão do que uma crise financeira, quando o capitalismo enfrenta um colapso econômico brutal, como evidenciado pelo resgate ilimitado que exige do Estado.

O capitalismo está em declínio avançado, e na crise de sua globalização torna-se incompatível com a própria vida. A OMS já havia falado sobre a necessidade de uma abordagem “Um Mundo – Uma Saúde”. No entanto, distorce esta abordagem ao ignorar divisões sociais, desigualdades de classe, confrontos nacionais e imperialistas, envolvendo a ONU, autoridades estatais, organizações não governamentais, etc. A mutação das metrópoles em declínio no Norte global e grandes cidades no Sul global, com o florescimento de centros financeiros de especulação e favelas de miséria, criaram as condições do que os analistas críticos brasileiros acertadamente chamaram de “necrografia do capital”. A burguesia tenta esconder sua própria estranheza e pânico e, ao mesmo tempo, propor um “reinício da economia” sob a sombra sombria da ameaça persistente da Covid-19, falando incansavelmente sobre “um retorno à normalidade antes da pandemia” ou “uma nova normalidade”. A chamada “normalidade” antes da pandemia já era um pesadelo. A “nova normalidade” tende a ser muito pior. A propaganda burguesa de que a “situação difícil” se limita a 2020 e a partir de 2021 as coisas vão melhorar significativamente é uma notícia falsa, um *fake news*. O “cenário otimista” de que a economia após um mergulho na recessão recuperar-se-ia rapidamente em um ano, seguindo um curso em forma de “V”, é até considerado por economistas tradicionais, como o vencedor do Prêmio Nobel de Economia Josef Stiglitz, “uma fantasia”.

Nouriel Roubini, um dos poucos economistas que alertou em 2008 sobre o *craque* iminente, também alerta agora que “[...] a grande crise econômica está apenas começando”<sup>2</sup>. Roubini relaciona empiricamente os novos perigos crescentes em uma lista que dá origem a calafrios: a) Déficits orçamentários, dívidas incobráveis, falências. b) Redução de gastos com saúde, c) Deflação, e) Crises monetárias, f) Desemprego e intensidade da automação e teletrabalho. Nos EUA, 47 milhões de pessoas se cadastraram para receber seguro-desemprego, e cada forma de teletrabalho aprofunda a taxa de exploração e as desigualdades entre os trabalhadores. Desglobalização, guerra econômica dos EUA contra a China e Mudanças climáticas. Cada ponto nesta lista já começou a ocorrer, na crise pandêmica, alimentando a rápida deterioração do capitalismo global.

Indiscutivelmente, o ponto mais crucial que tem levantado intensos debates e preocupações, especialmente após março de 2020, é o chamado processo de “desglobalização”. O fechamento das fronteiras dos Estados Nacionais para lidar com a pandemia, a política de “salvar a si mesmo”, o aumento do nacionalismo econômico e político, o aumento das guerras econômicas e comerciais, acima de tudo a intensificação do conflito entre os EUA de Trump e a China, juntamente com a Rússia e a União Europeia (EU), a interrupção das cadeias de abastecimento globais nas condições de quarentena global (bloqueio global), os anúncios, ameaças ou mesmo ações para deslocar empresas multinacionais, a “autossuficiência” e os muros de proteção fazem muitos falar do “fim da globalização”, que parecia ter triunfado, de forma definitiva e irreversível, entre Thatcher e a emblemática dissolução da União Soviética em 1991. O termo “globalização”, no período 1978–2008, havia realmente prevalecido como o mito fetichista do capital financeiro globalizado. Houve uso deliberado, distorcido, ideológico e mau uso do termo, ligado à proclamação do “fim da história” com a “vitória completa e final” do capitalismo liberal em todo o globo; um capitalismo globalizado sem contradições internas, sem rival, sem alternativa (a notória noção thatcherista de ‘TINA’ – *There Is No Alternative*). O mito foi destruído pelo colapso da esfera financeira global em 2008.

---

<sup>2</sup> Disponível em Outras Palavras, 02 de abril de 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/?s=Nouriel+Roubini>>. Acesso: 02 set. 2020.

A pandemia, assim, entrou em erupção em condições de uma crise excepcional do sistema capitalista mundial, fortemente repercutida no Brasil. As guerras econômicas internacionais são a prova disso. Os 280 trilhões de dólares de dívidas mundiais (mais de três vezes o PIB mundial) são a prova da falência do sistema; não podem ser cancelados por décadas nem pelos lucros: 20% do capital mundial está em *default*. O capital e seu Estado não têm condições de retornar à situação pré-pandêmica, e busca tirar proveito da pandemia para impor uma saída que destrua as defesas dos trabalhadores. A "reativação da economia", que os governos proclamam como seu objetivo quando rejeitam o "mitigam" quarentenas, é uma mentira; o que está para vir, como os economistas não cansam de repetir, é uma recessão enorme.

O grande capital pretende converter a retirada da força de trabalho em suspensões ou demissões em massa, redução de salários, maior flexibilidade do trabalho e abolição de acordos trabalhistas. O capital quer usar a pandemia para desencadear uma guerra de classes. O capitalismo está em um impasse e numa guerra intestina, com ataques a aviões nos aeroportos, que sequestram instrumentos de saúde destinados a estados rivais. Esse impasse se manifesta nas crescentes crises políticas. A indústria, os bancos e o capital internacional pressionam para dismantlar a quarentena e cancelar os contratos de trabalho. A Confederação Internacional dos Sindicatos estima em 2,5 bilhões de pessoas – mais de 60 % da força de trabalho do mundo – o número de trabalhadores informais, sujeitos a condições degradantes e precarização. Contra isso, existe uma multiplicação de lutas em defesa do distanciamento social, do emprego, dos salários, das aposentadorias.

No início da pandemia, no Brasil, pesar da orientação inicial do Ministério da Saúde (Luiz Henrique Mandetta) ser parcialmente diversa da presidencial, subordinou-se a esta ao apoiar o "distanciamento seletivo", em substituição da quarentena (o que não lhe poupou sua exoneração), com consequências catastróficas em regiões e estados como a Amazônia, pondo em risco a sobrevivência das populações indígenas. O cenário lembrou a ocupação das Américas no século XVI, quando os povos nativos foram infectados e dizimados por vírus e bactérias desconhecidas. Na Amazônia, a Covid-19 encontrou uma região previamente dizimada pela pobreza. Enquanto pouco mais de 400 empresas, na sua maioria multinacionais, geram uma enorme riqueza econômica, com cerca

de R\$ 100 bilhões de faturamento anual, a população vive na mendicância. Isso explica por que foi tão avassaladora a expansão do vírus na região. Em São Paulo o número de casos no início de maio era de 824 contagiados por milhão de habitantes, no Amazonas de 2.230, no Amapá de 2.419 e, em Roraima, 1.539. Os problemas comuns a toda a região amazônica são: a questão da terra que expulsa quilombolas, ribeirinhos e povos originários; a devastação ambiental acompanhada de queimadas e contaminação dos rios e do maior aquífero do mundo – Alter do Chão; a exploração de mais de 50 mil operários da Zona Franca de Manaus; o desrespeito das culturas nativas pela ofensiva neopentecostal; além do saque permanente das riquezas da floresta.

O Brasil passou a ser o país da América Latina com o maior número de casos de coronavírus, com o maior número de mortes e maior subnotificação. Uma pesquisa estabeleceu que o Brasil detectava apenas 11% dos seus casos de coronavírus. Pessoas infectadas que se sentiam saudáveis ou com sintomas muito leves espalharam o vírus, criando as bases para o desastre. Assim surgiram os painéis de protesto com os “Fora Bolsonaro” dominando as vozes (embora o PT e Lula se opusessem a essa palavra de ordem), que se fizeram ouvir em todas as capitais e até em cidades de médio e pequeno porte do país. Às precárias condições sanitárias, devidas a décadas de desinvestimento e cortes orçamentários, em especial nas áreas de saúde, com o desmonte do SUS, e na educação (incluindo a educação superior, base da formação de profissionais de saúde) somou-se a subordinação histórica do país às grandes potências capitalistas dominantes. O governo dos EUA, em atos de pirataria internacional, se apropriou, mediante subornos misturados com a força, de equipamentos de prevenção hospitalar (EPI), testes e respiradores artificiais para pacientes graves, fabricados na China e destinados a outros países, incluindo o Brasil. A política de privatização e desindustrialização privou o Brasil da possibilidade de produzir esses equipamentos e reagentes em grande escala. Alguns países protestaram contra a atitude dos EUA, o responsável pela OMS o fez verbalmente, mas o Brasil de Bolsonaro ficou mudo. O governo Trump anunciou uma política de boicote financeiro à OMS, além de boicotar quaisquer meios de coordenação internacional para combater a pandemia.

A ocultação da situação promovida pelo ministro da Saúde foi funcional à política ditada por Bolsonaro. O ministro anunciou que a política de pre-

venção do contágio nas favelas e periferias urbanas passava por um acordo com milicianos e traficantes. E, também, com o grande capital. O primeiro pacote econômico "anticoronavírus" autorizou as empresas a reduzir os salários, um auxílio mensal insignificante de 200 reais, durante três meses, para 40 milhões de trabalhadores lançados na informalidade, benefícios fiscais para as grandes empresas e compra de títulos públicos pelo Banco Central, em resposta à seca no mercado financeiro. O embate com o Legislativo acabou elevando o montante da ajuda para R\$ 600, para evitar uma catástrofe social que poderia virar terremoto político.

Para completar, sob o comando de Trump, Bolsonaro lançou uma provocação contra a China, que abriu uma fissura em sua base política de apoio. A pressão da burguesia do agronegócio (a China é o maior parceiro comercial do Brasil, responsável por 30% de suas exportações) colocou o governo em uma situação de fraqueza, no meio de uma crise política ao som dos panelaços e do aumento diário do número de casos de contágio e de mortes. A classe capitalista brasileira ficou dividida, com seu sistema político fraturado. A principal empresa de consultoria mundial para avaliação de "risco político" detectou a possibilidade de uma "crise institucional" no Brasil, acelerando uma fuga de capitais, mensurável cotidianamente. A única saída realista para evitar o desastre passou a ser impor a centralização de todos os recursos do país, com base em um plano social e econômico, sob a mobilização e liderança dos trabalhadores. As empresas começaram a demitir (inclusive no crítico setor de transportes, responsável pela logística de distribuição de alimentos e medicamentos), colocando na pauta de luta a proibição de toda demissão em situação emergencial. O controle do sistema financeiro pelos trabalhadores, para evitar a fuga de capitais e o esvaziamento do país, também foi posto ordem do dia, pondo a perspectiva de sua nacionalização. O combate à epidemia requer uma ação centralizada que coloque todos os recursos econômicos, materiais e humanos, da nação a serviço do travamento do contágio e do tratamento da doença enquanto não existir vacina comprovadamente eficiente, garantindo segurança alimentar e saúde para toda a população, ampliando a capacidade do sistema de saúde para atender todos os doentes, priorizando a produção e distribuição de itens de trabalho para os profissionais de saúde.



A disposição de luta dos trabalhadores da área de saúde, em todos os níveis, se manifestou de modo explícito e foi assumindo os contornos de uma mobilização antigovernamental, que colocou a necessidade de transformar o sistema de produção, a economia como um todo. Os profissionais de saúde denunciaram a falta de equipamentos e suprimentos médicos básicos. O governo chegou ao ponto de impor que médicos e enfermeiros reutilizassem as máscaras de proteção. Trabalhadores de telemarketing, entregadores por aplicativo, trabalhadores industriais, distribuidores de alimentos e remédios iniciaram processos de luta para exigir garantias de segurança e higiene. Nas favelas e periferias, comitês da comunidade assumiram a tarefa de estabelecer vigilância sanitária para reduzir a propagação da praga. Houve até greve dos metalúrgicos em São Paulo exigindo férias remuneradas compulsórias.

No sentido oposto, toda a linha política do governo foi orientada para explorar a catástrofe sanitária para avançar na sua agenda de ataques às condições de vida dos trabalhadores e de entrega nacional. O esvaziamento da política de saúde, com déficit de equipamentos e sem financiamento para a pesquisa, contrastou com a mobilização sem precedentes de recursos públicos em benefício dos bancos, fundos de investimento e grandes empresas. A primeira reação de Paulo Guedes (ministro da Economia) à epidemia foi pedir ao Congresso que votasse de uma só vez o pacote de privatizações e reformas administrativa e fiscal, com o argumento de que "salvariam" a economia brasileira na calamidade. Protelando, o Congresso aprovou a ajuda de emergência. Em resposta, o governo congelou sua sanção durante dez dias para condicioná-la à aprovação de uma PEC que daria ao Banco Central superpoderes para comprar títulos privados.

O coronavírus acelerou a hora da ressaca. O "Orçamento de Guerra" veio reciclar a bolha financeira, em socorro do capital fictício, através de uma disparada do endividamento, que levou a dívida pública federal de 76% para 90% do PIB. Em 2019, a dívida pública aumentara 9,5%, chegando a R\$ 4,248 trilhões. Desse aumento, R\$ 330 bilhões referiram-se ao pagamento de juros. Nos últimos dez anos, a dívida pública mais que dobrou: em 2009, o estoque da dívida era de R\$ 1,497 trilhões. Proporcionais ao crescimento imparável da dívida usurária e dos juros foram os cortes nas políticas sociais. Segundo o Conselho Nacional de Saúde (CNS), o Sistema Único de Saúde (SUS) perdeu pelo

menos 20 bilhões de reais desde 2016, a partir da MP do teto dos gastos públicos. Ao longo de duas décadas, os prejuízos estimados somariam 400 bilhões de reais.

Os estados e municípios, sem alternativas de financiamento, ficaram diante de um horizonte de caos. As provocações de Bolsonaro aos governadores tiveram esse pano de fundo. A controvérsia com eles sobre as medidas de isolamento não foi apenas uma disputa política, mas teve também o objetivo de encurralar os estados, utilizando como arma a ameaça à vida de milhões de brasileiros. A farra que Guedes–Campos Neto (presidente do BC) ofereceram ao capital financeiro contrastou com a mesquinhez do financiamento para combater a Covid–19. No total, menos de um quinto dos recursos afetados à estatização de títulos privados pelo BC foram destinados ao enfrentamento do coronavírus. Se, na maior crise de saúde da história nacional, o SUS ocupa o último lugar na rubrica orçamental, o negócio capitalista da saúde celebrou novos triunfos. A Agência Nacional de Saúde (ANS) liberou R\$ 15 bilhões para as empresas em troca de manter o atendimento aos inadimplentes durante a pandemia. As empresas foram obrigadas a manter um fundo de reserva para situações de emergência. A ANS demorou mais de um mês desde a primeira morte por coronavírus no Brasil para se pronunciar sobre tema, e precisou ser cobrada diretamente pela Procuradoria Geral da República.

Nenhuma dessas empresas faz esforços extraordinários: os planos de saúde têm que atender segurados inadimplentes, mas só aqueles que se dispõem a renegociar contratos. A quantidade de pessoas com seguro saúde atingiu 47 milhões, mais de 20% da população do país, com alto índice de inadimplência. O exame de Covid–19, em teoria, passou a ser obrigatório desde 13 de março de 2020, mas só é feito se algum médico do convênio autoriza. A maioria dos planos restringe ao máximo essa verificação, porque as empresas não fizeram nada para providenciar os *kits* necessários. Um quadro semelhante ocorre na área da pesquisa. A pandemia chegou em meio a cortes de bolsas, defasagem tecnológica dos laboratórios e desmoralização das universidades. A fila para testes expôs a vulnerabilidade de um país que escolheu não investir em ciência e tecnologia. O gargalo dos testes é resultado da falta de reagentes químicos e de profissionais capacitados para realizar os exames. Até outubro de 2019, as universidades e instituições de pesquisa brasileiras perderam 18 mil

bolsas de estudo. Em maio, o governo federal contingenciou 42% das despesas do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (a recriação do Ministério de Comunicações reduziu as verbas ainda mais). Quando a pandemia começava a reverberar, a comunidade científica foi surpreendida por uma portaria da Capes que alterava a metodologia para o financiamento da pós-graduação. Não admira que o governo tratasse a falta de *kits* de diagnóstico, sem os quais é impossível gerir a curva epidêmica, com uma fatalidade do destino. O mesmo se aplica à falta de reagentes, insumos medicinais, respiradores e equipamentos de proteção individual.

Longe de uma resistência face aos impactos econômicos da pandemia, a política do governo Bolsonaro é uma fraude histórica a favor do grande capital, com total desprezo pela vida humana. Em vez de garantir salários para viabilizar renda e evitar o afundamento econômico, a MP 936/2020, aprovada pelos congressistas, autorizou a suspensão dos contratos de trabalho e a redução dos salários em até 70%. Para implementar essa política perversa houve a aprovação, com o apoio de todos os blocos parlamentares, de um inédito duplo orçamento: um que reúne todas as áreas sociais, sujeito aos dogmas do ajuste fiscal e o pagamento dos juros da dívida, e outro, "extraordinário", que fica liberado de todo limite, destinado a socorrer os bancos, as grandes empresas e o parasitismo financeiro. A exigência de Guedes para avaliar a ajuda de R\$ 600,00 para os trabalhadores informais foi à aprovação do "orçamento paralelo". Os estados falidos, arcando todo o peso do enfrentamento à pandemia, foram deixados à míngua: a extorsão miliciana passou a guiar os mecanismos políticos e econômicos na cúpula do Estado.

Sob essas condições, o Congresso promulgou a Projeto de Emenda Constitucional (PEC) que criou o orçamento destinado "exclusivamente a ações de combate à pandemia de coronavírus", separando do Orçamento Geral da União os gastos emergenciais, e estabelecendo que o orçamento paralelo não precisaria cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal. A lei autorizou o Banco Central (BC) a comprar e a vender títulos públicos nos mercados secundários local e internacional, e ações de empresas no mercado local, por valor de um trilhão de reais. O valor total do auxílio para os trabalhadores informais é (ou seria) de R\$ 98 bilhões, uma décima parte dos fundos destinados aos banqueiros e grandes empresas. Apesar de o Senado estabelecer que as empresas só po-

deriam se beneficiar se houvesse o compromisso de manter empregos, esse artigo foi eliminado pela Câmara de Deputados. A emenda também concedeu poderes para o Banco Central injetar liquidez no mercado durante a crise, com a compra de títulos do Tesouro ou de títulos de crédito no mercado secundário de pagamentos, financeiro ou de ações. Foi ampliado o rol de ativos que o BC poderia comprar nos mercados secundários financeiros, de capitais e de pagamentos. O Senado havia permitido essas operações durante a pandemia, restringindo-a a seis tipos de ativos: a Câmara excluiu a lista do texto, o que liberou a compra de qualquer ativo. O “Orçamento de Guerra” teve apoio quase unânime no Congresso, incluindo os votos do PCdoB, PDT e PSB. O PT apoiou a PEC no Senado, e votou contra na Câmara, quando a tramitação já estava concluída, em protesto pela retirada da exigência de manutenção dos empregos.

Diante da crise política, o movimento das Forças Armadas foi, numa tentativa de unir o útil ao agradável, o de aprofundar sua participação (e recepção de verbas) em todos os escalões governamentais, já não só através de militares reformados (como no início do ciclo bolsonariano) mas também de militares da ativa. A pandemia não criou, apenas aprofundou e acelerou, esses desenvolvimentos políticos. O Brasil levou 53 dias, a partir da primeira morte por coronavírus, para ultrapassar a marca de 10 mil vítimas. Mas foi necessária somente uma semana para superar os 15 mil mortos, até superar folgadoamente os 60 mil e em setembro ultrapassar 135 mil mortos. Devido às subnotificações, algumas estimativas situam em casos muito mais elevados a quantidade real de mortes, enquanto outras advertem que o pico da pandemia não foi ainda atingido, prevendo 50 mil contágios diários. Segundo Miguel Nicolelis (autoridade mundial na área de neurociência e chefe do projeto *Monitora Covid-19*): "Vamos viver algo que nunca imaginamos na história do Brasil. E isso, nas proporções que vamos ver, não era inevitável"<sup>3</sup>. O Brasil se transformou um dos epicentros mundiais de expansão da Covid-19, com uma velocidade de contágio superior àquela dos países que mais a sofreram.

---

<sup>3</sup> NICOLIS, Miguel. Entrevista a GZH Saúde, publicada em 15 de maio de 2020. Disponível em: <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2020/05/miguel-nicolelis-vamos-viver-algo-que-nunca-imaginamos-na-historia-do-brasil-e-isso-nas-proporcoes-que-vamos-ver-nao-era-inevitavel-cka89uqyt004j015n5u44sr42.html>> . Acesso em: 02 set. 2020.

No meio do colapso do sistema sanitário, a ocupação militar do Ministério da Saúde, exonerando profissionais de carreira para ser substituídos por pessoas sem nenhuma experiência, é um passo à frente no sucateamento da saúde pública e um crime contra o povo brasileiro. A militarização da saúde representa uma nova fase do ataque ao SUS, que sofre as consequências do desfinanciamento e o déficit de insumos e de pessoal, agravados a partir do congelamento dos gastos públicos. Desde 2018, a saúde deixou de receber pelo menos R\$ 22,5 bilhões. Há mais de 200 mil profissionais de saúde com suspeita de contágio. A maioria dos casos (34%) é de auxiliares ou técnicos de enfermagem, a categoria mais precarizada e com salários mais baixos. Depois deles, os enfermeiros são a segunda categoria mais afetada, com 34.000 casos. São Paulo concentra a maior parte de diagnósticos, com mais de 15 mil profissionais de saúde com confirmação de Covid-19, ainda em julho.

Com o governo em crise e soltando lastre para sobreviver, Paulo Guedes e o ministério da Economia elaboraram um programa para a saída da pandemia, uma tentativa de preservar o último e fundamental ponto de apoio do projeto de Bolsonaro, além da casta militar. Através dele, o grande capital tenta aproveitar um Brasil devastado por milhares de mortes, e pela desorganização econômica, para impor um ataque histórico. A "boiada" que Guedes quer fazer passar consiste em uma operação política, cozinhada com o Centrão, que contempla a um só tempo reformular a política social, aprovar uma nova contrarreforma trabalhista com o "Cartão Verde-Amarelo" e reintroduzir o projeto de previdência por capitalização: uma resposta ao fracasso político de Bolsonaro que visa organizar e enfrentar, com os recursos do capital financeiro, a fração da classe trabalhadora empurrada para a economia informal contra os trabalhadores de carteira assinada, com o intuito de eliminar conquistas históricas, tomando como pontos de partida as medidas "excepcionais", o desespero e a desmoralização por causa do desemprego e a falta de perspectivas. Para isso, o governo agrava intencionalmente a miséria, recusando-se a estender a ajuda de emergência.

O programa "Renda Brasil", lançado por Guedes, unificaria todos os programas sociais, inclusive o Bolsa Família. Benefícios hoje em vigor seriam revistos, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC), pago as pessoas com deficiência e aos idosos de baixa renda; e o abono salarial, pago a quem ga-

na até dois salários mínimos. Apologistas do plano falam em "privatizar" o orçamento público, dando aos destinatários o "poder de escolha" sobre os recursos. A ideia é reduzir drasticamente o salário indireto (políticas públicas de saúde, educação, saneamento) e, como compensação, proporcionar uma renda mínima em dinheiro. A pandemia virou um gigantesco laboratório político. Guedes admitiu que a experiência de cadastrar aqueles que não estavam inscritos em programas sociais, com a ajuda de emergência, está na base do novo plano. A inspiração veio após o impacto favorável (limitado) a Bolsonaro nas pesquisas verificado depois distribuição da ajuda emergencial, mantendo-se, porém, a queda do apoio popular ao governo.

Segundo Guedes, o governo "aprendeu" que havia 38 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho. O objetivo é utilizar o banco de dados da ajuda emergencial para reciclar o projeto Carteira Verde-Amarela, a fim de reduzir encargos trabalhistas, estimulando a concorrência entre os trabalhadores. É a tática de usar o exército industrial de reserva, de proporções gigantescas no Brasil devido à crise econômica, para tentar impor uma mudança histórica. Com a Carteira Verde-Amarela, as empresas se beneficiariam da redução de encargos para contratação de jovens de 18 a 29 anos e maiores de 55 anos, que receberiam apenas até um salário mínimo e meio. A consequência será o aumento da rotatividade, com demissão daqueles que ganham mais, para serem substituídos por trabalhadores contratados pelo novo modelo. Com a substituição por trabalhadores que ganhariam um salário de miséria, o novo regime de contratação promoveria o achatamento da média salarial de inúmeras categorias. As empresas teriam isenção da contribuição previdenciária e das alíquotas do Sistema S. Em caso de demissão, o trabalhador receberia apenas 30% de multa sobre o FGTS, em vez dos 40% válidos para os demais contratos de trabalho.

Arelado ao projeto de ressuscitar a Carteira Verde-Amarela, Guedes voltou a propor a mudança do regime de previdência, resgatando a capitalização (derrotada no Congresso antes do casamento com o Centrão), formato em que cada trabalhador deve contribuir para a própria "poupança", e não para um fundo comum. O modelo não teria efeito para as classes mais baixas, pois a capitalização valeria a partir de uma linha de corte de remuneração. Seria criado um sistema complementar, em que o regime de repartição continuaria a existir, garantindo as aposentadorias da população de menor renda. A capitalização va-

leria para trabalhadores com remuneração acima da linha de corte, que seria de três salários mínimos. Para facilitar a aprovação, Guedes propôs a criação de um imposto sobre transações financeiras, cobrado da mesma forma que a antiga CPMF, ou seja, um novo imposto ao consumo popular. O imposto substituiria os encargos previdenciários que pagam as empresas, os custos do INSS seriam repartidos por toda a sociedade. O projeto era a base da reforma tributária do governo desde o início, mas ganhou tração devido à crise econômica.

Levando em conta os primeiros impactos da pandemia, a contração do emprego no Brasil foi muito mais severa do que nos números oficiais. Houve perda de quase dez milhões de postos de trabalho em apenas dois meses, de 94,2 milhões trabalhadores ocupados em fevereiro para 84,4 milhões em abril, o nível mais baixo de toda série histórica. A elevação da taxa de desemprego oficial de 11,1% para 12,9%, entre fevereiro e abril deste ano, não captura a realidade, porque a força de trabalho (o conjunto das pessoas trabalhando ou buscando emprego) também despencou no período, de 106 milhões para 96,9 milhões, devido à epidemia. Como demonstrou um estudo da FGV, caso a força de trabalho tivesse se mantido inalterada (e os demitidos passassem imediatamente a buscar emprego), a taxa de desemprego estaria acima de 20%, a maior da história. Em síntese, a política é aproveitar a pandemia para fazer passar, de contrabando, os objetivos econômicos que viabilizaram o apoio da grande burguesia ao experimento Bolsonaro–Guedes em 2018. O programa está sendo reciclado para dar sustento a Bolsonaro no momento da maior fraqueza de seu governo. Esse programa também alinha parte das forças que se autoproclamam "defensoras da democracia". Isso vale não só para o Centrão, mas também para todas as variantes alternativas a Bolsonaro (Maia, Moro, Doria).

A crise capitalista, que a pandemia evidenciou em toda a sua profundidade, acelerou os tempos e levou amplos setores para uma situação de desespero. Bolsonaro busca militarizar setores da pequena burguesia desesperada e arrastar uma fração da classe trabalhadora para atacar fisicamente as organizações operárias. Os acontecimentos revelam a consciência do grande capital de que, por enquanto, não é possível governar o Brasil só com um miliciano. Por isso existe um resgate do aparelho de dominação burguês (STF, Congresso, que o bolsonarismo define como "o establishment"). O "Renda Brasil", que consagra as aspirações da burguesia de completar o trabalho iniciado no golpe de 2016,

surge como solução para recompor o regime. O problema é que ocorre no momento em que os países propiciadores dessa receita sofrem uma crise profunda, em que a luta de classes despertada pelos seus efeitos tem assumido dimensões enormes (Chile, Estados Unidos).

O desafio da juventude precarizada e "uberizada" ao aparato fascista e às PM sinaliza o início de uma batalha estratégica que deve reunir trabalhadores ocupados e desempregados, formais e informais, em uma luta comum. O confinamento emergencial, única defesa comprovada contra a extensão da pandemia Covid-19, impede grandes iniciativas políticas presenciais. Com a honrosa exceção dos trabalhadores da saúde, notadamente as enfermeiras, das torcidas organizadas e dos antifascistas de Porto Alegre e outras cidades, há pouca presença nas ruas e os assassinatos na periferia persistem. Há uma contradição entre a luta pela sobrevivência, que obriga a aceitar as recomendações da ciência, e, por outro lado, a necessidade de serem preservadas as condições para as lutas populares.

Essa contradição é, entretanto, transitória. A luta contra a pandemia e contra o colapso do sistema de saúde pública colocou um programa claro: a necessidade de pôr todos os recursos nacionais no combate contra a pandemia, derrubando o congelamento dos gastos públicos por vinte anos (EC/95) e financiando o setor público (em primeiro lugar, o SUS e os institutos/universidades de pesquisa) mediante o não pagamento da dívida pública detida pelos tubarões financeiros e um imposto às grandes fortunas; a eliminação da "fila dupla" (pública e privada) para testes e atenção dos doentes; a colocação de todos os recursos sanitários (55% dos leitos de UTI se encontram em hospitais privados, só 45% no setor público, que atende, no entanto, mais de 80% da população) sob responsabilidade do SUS, este sob controle direto e democrático dos seus trabalhadores (médicos/as, enfermeiros/as, pesquisadores, agentes de saúde, assistentes sociais), que já se encontram na linha de frente, física e política, da luta contra a pandemia. E não só contra a pandemia, mas também contra as investidas dos tresloucados bandos fascistas, agentes da política genocida. Os trabalhadores da saúde, que arriscam a própria vida no combate ao coronavírus, se tornaram a vanguarda da luta contra a política genocida.

A classe trabalhadora, empregada ou desempregada, está sendo duramente atingida pela epidemia, isso é o ponto de partida de qualquer política. A



quarentena recomendada pela ciência médica colide com as condições precárias de suas casas e bairros; com a falta de infraestrutura sanitária; com o desemprego e a precariedade crescente e permanente. No meio de uma crise sem precedentes do regime social e político do Brasil, se coloca uma luta pela sobrevivência física e social dos trabalhadores; todas suas organizações devem estar à altura do desafio, do qual não podem fugir.